

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004234-37.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **JESSICA ALVES DE MACEDO**
 Requerido: **DOCE VIDA SAO CARLOS ME**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

JÉSSICA ALVES DE MACEDO ajuizou a presente **AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO** em face de **DOCE VIDA SÃO CARLOS - LTDA**, aduzindo, em síntese, que prestou serviços de revenda de cestas da Nestlé para a ré e ficou devendo a ela R\$ 266,18. Por meio da presente, pretende quitar o débito e ter seu nome excluído dos órgãos de proteção ao crédito.

Os depósitos foram efetivados a fls. 26 e 27.

A requerida foi devidamente citada (fls. 120, 122) e deixou de apresentar defesa, ficando reconhecida em estado de contumácia (fls. 125).

Este, na síntese do que entendo como necessário, **É O RELATÓRIO.**

DECIDO.

O objetivo da autora com esta demanda é quitar a

1004234-37.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dívida que mantém com a requerida e ver seu nome excluído dos cadastros de inadimplentes.

Os depósitos de fls. 26/27 representam o total da dívida com a correção devida.

A requerida foi citada e não trouxe oposição ao pleito.

Isso consignado, **reconheço concretizado nos autos o pagamento do valor “em aberto” e libero a autora da dívida por ele representada.**

Determino o cancelamento em definitivo dos protesto, correndo por conta da autora eventuais custas se a serventia extrajudicial assim exigir. Do ofício deverá constar ser a autora beneficiária da justiça gratuita.

Os valores ficarão a disposição da requerida, que poderá levantar a quantia independentemente de requerimento, desde que se identifique perante a Serventia.

Não há que se falar em sucumbência, pois não houve oposição à consignação.

É o que fica decidido.

P.R.I.

São Carlos, 26 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**